

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 27 de março de 2019 às 08h15
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Arbitragem e Mediação

TJ-RJ incentiva acordos com mediação online	3
--	----------

O Globo | BR

Direitos Autorais

Europa aprova lei de proteção de direitos autorais na internet	4
---	----------

ECONOMIA

UOL Notícias | BR

26 de março de 2019 | Direitos Autorais

Lei de direitos autorais da UE prejudica empresas e ativistas	6
--	----------

ECONOMIA

Yahoo! Notícias Brasil | BR

26 de março de 2019 | Patentes

Apple é julgada por quebra de patente e pode ser proibida de vender iPhones	8
--	----------

CAPA

Consultor Jurídico | BR

26 de março de 2019 | Marco regulatório | INPI

TJ-RS derruba blog que usava em seu nome marca registrada sem autorização	9
--	----------

JOMAR MARTINS

TJ-RJ incentiva acordos com mediação online

Samantha Mendes Longo

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro mostrou que está na vanguarda e em sintonia com as mais modernas formas de resolução de controvérsias ao lançar uma plataforma digital que pretende reduzir drasticamente as ações judiciais movidas contra seguradoras de saúde.

O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), desembargador César Cury, afirmou que o aplicativo é inspirado em **mediação** realizada na maior recuperação judicial da América Latina, do Grupo Oi, que conta com mais de 55 mil credores. No referido processo, o magistrado Fernando Viana, entusiasta da **mediação**, instaurou um procedimento que, em menos de 3 meses, permitiu a celebração de 36 mil acordos entre o Grupo Oi e seus credores, espalhados em todo o Brasil e no exterior.

Uma plataforma online foi desenvolvida especialmente para os credores do Grupo Oi que, interessados em resolver rapidamente o valor e a classificação do seu crédito, acessavam a plataforma para alcançar um consenso com as devedoras. O uso da ferramenta permitiu a extinção de milhares de processos judiciais e evitou que milhares de novas ações fossem ajuizadas, contribuindo para desafogar o Poder Judiciário.

O novo aplicativo (típico exemplo de ODR, sigla em inglês que significa resolução de disputas online (*Online Dispute Resolution*)) tem similar objetivo, qual seja, a desjudicialização, fundamental na nossa sociedade tão litigante.

É crescente o número de adeptos da mediação. Isso porque, sem dúvida, mediar, conciliar, acordar é sem-

pre melhor do que litigar. O espírito conciliatório está estampado nas mais recentes legislações, como se vê da Lei de Mediação (Lei 13.140/15) e do atual Código de Processo Civil (Lei 13.105/15). E poder alcançar um acordo com celeridade é se aproximar do verdadeiro sentido de Justiça.

Ao criar um ambiente seguro e de fácil acesso para que o segurado possa dialogar e negociar com a seguradora do plano de saúde, de forma rápida, e com o auxílio de um mediador qualificado, o Nupemec está possibilitando que expressivos resultados sejam alcançados.

Resultados, aliás, que são necessários especialmente quando se sabe que os planos de saúde privados estão entre os campeões na lista de empresas réis de demandas judiciais. Recentíssima pesquisa feita pelo Insper, a pedido do Conselho Nacional de Justiça, revela que na última década a judicialização da saúde, pública e privada, cresceu nada menos que 130%.

Que essa iniciativa do TJ-RJ seja fonte de inspiração de outros Tribunais para propagar a medida e seja também um programa piloto para que aplicativos envolvendo outros temas que assolam o Poder Judiciário sejam resolvidos nesses ambientes modernos, informais, céleres e propícios ao acordo.

-

***Samantha Mendes Longo é sócia de Wald, Antunes, Vita, Longo e Blattner Advogados; membro do grupo de recuperação judicial criado pelo CNJ e da Comissão de Recuperação Judicial da OAB; conselheira e presidente da Comissão de Relação com o Poder Judiciário da OAB/RJ. Professora da Emerj e Esaj**

Europa aprova lei de proteção de direitos autorais na internet

ECONOMIA



Digital. Demonstração de apoio à nova lei de direitos autorais em frente ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo

Empresas de tecnologia terão de pagar para publicar conteúdos de jornais, revistas, filmes e músicas

ESTRASBURGO(FRANÇA)E RIO

O Parlamento Europeu aprovou ontem a revisão nas leis de **direitos autorais** do bloco, por 348 votos a favor e 274 contra, encerrando a disputa que opôs a indústria criativa às companhias de tecnologia, como Google e Facebook. Estas, agora, terão de pagar aos produtores de conteúdo e instalar filtros para bloquear material protegido.

"A votação de hoje (ontem) garante o equilíbrio correto entre os interesses de todas as partes - usuários, criadores, autores e imprensa - enquanto estabelece obrigações proporcionais nas plataformas on-line", afirmaram Mariya Gabriel, comissária para Economia Digital, e Andrus Ansip, vice-presidente para o Mercado Único Digital, em comunicado.

Os debates em torno da revisão da diretiva da União Europeia (UE) sobre **direitos autorais** começaram há dois anos. Segundo os comissários, a nova legislação "protege a criatividade na era digital e garante que os cidadãos europeus se beneficiem de maior acesso a conteúdos e de novas garantias que protegem sua liberdade de expressão on-line".

"As novas regras vão fortalecer nossa indústria criativa, que representa 11,65 milhões de empregos, 6,8% do PIB e gera 915 bilhões por ano", asseguraram os comissários.

Com a revisão da lei, acrescentaram, criadores de conteúdo - escritores, músicos, cantores, jornalistas, atores e outros - terão mais força na relação com as grandes plataformas on-line que usam o material sem pagar.

PRODUÇÃO VALORIZADA

Marcelo Rech, presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), elogiou a decisão do Parlamento Europeu:

- É um importante avanço no reconhecimento e na valorização dos produtores de conteúdo original. É também mais uma evidência de que os gigantes digitais que vendem a anunciantes seus indicadores de audiência devem ser tratados pelos reguladores como meios de comunicação.

Na opinião de Vincent Peyrègne, diretor executivo da Associação Mundial de Jornais (WAN-Ifra, pela sigla em inglês), a decisão da UE determina uma distribuição equitativa do valor dos conteúdos criativos e, em particular, do trabalho dos jornalistas entre todas as empresas digitais.

- Os direitos conexos (que incluem a difusão) pro-

Continuação: Europa aprova lei de proteção de direitos autorais na internet

tegem os investimentos dos criadores de conteúdo. São uma ferramenta indispensável para a criação, a diversidade e a pluralidade dos conteúdos, além de um incentivo para continuar a transformação do setor - disse Peyrègne.

Ele disse ser "complicado" o modelo de gratuidade das plataformas de **internet** para a geração de conteúdo:

- Graças a essa reforma, a **internet** continuará sendo gratuita para milhões de usuários, mas o valor será mais bem compartilhado. Os direitos de propriedade intelectual e as novas regras para direitos conexos trazem equilíbrio e respeito aos direitos de todos.

Agora, o texto precisa ser formalizado pelo Conselho da UE, o que deve acontecer nas próximas semanas. A partir da publicação da lei, os países do bloco terão 24 meses para adotar as novas regras.

A indústria da música elogiou a mudança.

- Este dia é um marco para os cidadãos e criadores da Europa, e um passo significativo em direção a uma **internet** mais justa - disse Helen Smith, diretora da Associação de Companhias de Música Independentes.

Empresas de tecnologia e ativistas de direitos digitais, no entanto, criticaram as novas regras, es-

pecialmente dois artigos. O artigo 11 (de número 15 no texto final) protege o conteúdo jornalístico. Ou seja, plataformas on-line não poderão compartilhar pequenos trechos de reportagens, como acontece quando uma matéria é postada no Facebook ou aparece nos resultados de buscas no Google, por exemplo.

O artigo 13 (17 na versão final) exige que as plataformas adotem "medidas, tais como o uso de tecnologias efetivas de reconhecimento de conteúdos", para evitar a publicação de material protegido.

A Comissão Europeia assegura, porém, que as normas só se aplicam a empresas e que usuários poderão continuar publicando notícias nas redes sociais.

A eurodeputada alemã Julia Reda, no entanto, teme que o funcionamento de serviços como a Wikipedia seja inviabilizado. A implementação e a manutenção de filtros custam caro, e só grandes companhias poderão adotá-los, dificultando o surgimento de pequenos negócios.

Para o Google, as novas regras trazem "incertezas legais" e vão "afetar as economias criativa e digital da Europa".

Colaborou Bruno Rosa

Lei de direitos autorais da UE prejudica empresas e ativistas

ECONOMIA

(Bloomberg) -- O Google, da Alphabet, o Facebook e defensores da liberdade de expressão sofreram um golpe quando o Parlamento Europeu aprovou novas normas que poderiam restringir o acesso à mídia on-line na Europa.

Quando entrarem em vigor, as normas provavelmente vão estimular editoras e produtores de música e cinema a pressionar as plataformas on-line para que paguem pela exibição de seu conteúdo. Mas ativistas da **internet** receiam que as regras causem censura, porque as plataformas provavelmente vão impedir que os usuários façam o upload de conteúdo sem licença, e as normas poderiam restringir a informação sobre matérias da imprensa que aparecem nos resultados das pesquisas.

De acordo com o Artigo 13º da lei, as plataformas de tecnologia terão que negociar licenças para reproduzir músicas ou vídeos antes de publicar uploads dos usuários de conteúdo que incluam essa mídia. As plataformas também terão que fazer "o máximo esforço" para obter autorização em situações onde não haja licenças encerradas. O conteúdo não autorizado terá que ser removido ou bloqueado.

"Esta é uma vitória sem precedente para os criadores europeus, que agora poderão exercer seus direitos e receber uma remuneração justa de plataformas como o YouTube", disse Anders Lassen, presidente da GESAC, uma organização europeia que engloba autores e compositores.

A lei também garante novos direitos jurídicos às editoras para ajudá-las a exigir remunerações de todos

os tipos de serviços on-line que exibirem trechos mais longos de suas matérias. A provisão exclui fragmentos muito curtos e palavras soltas.

As normas de **direitos autorais** aprovadas constituem um progresso em relação a rascunhos anteriores, mas mesmo assim "causarão incerteza jurídica e prejudicarão as economias criativas e digitais da Europa", disse um porta-voz do Google. "Os detalhes são importantes, e esperamos trabalhar com autoridades, editoras, criadores e titulares de direitos à medida que os estados-membros da EU implementarem essas novas regras."

O Facebook não respondeu imediatamente a um pedido de comentário. Siada El Ramly, diretora-geral da Edima, uma associação que representa plataformas web, entre elas Google e Facebook, disse que a legislação "tenta impor um modelo de negócios de licenciamento a plataformas abertas e enfraquece os direitos fundamentais dos cidadãos da EU à privacidade e à liberdade de expressão".

O Parlamento Europeu aprovou a lei nesta terça-feira com 348 votos a favor, 274 contra e 36 abstenções. A legislação ainda deve ser ratificada pelos estados-membros do bloco para entrar em vigor.

O resultado da votação é uma grande derrota para os defensores da liberdade de expressão, entre eles a parlamentar europeia alemã Julia Reda, que disse que este foi um "dia trágico para a liberdade na **internet**". Cerca de 200.000 pessoas em 45 cidades da Alemanha saíram às ruas no fim de semana em uma última tentativa de protestar contra as polêmicas pro-

Continuação: Lei de direitos autorais da UE prejudica empresas e ativistas

visões nas novas regras, e mais de 5 milhões de pessoas assinaram uma petição contra o Artigo 13°.

A lei de **direitos autorais** foi objeto de intensas campanhas de lobby de todos os lados, inclusive de editoras e produtoras musicais, que afirmam que a lei é necessária para que elas possam receber uma re-

muneração justa pelo uso de suas obras na **internet**. Mas alguns membros dos setores criativos manifestaram o receio de que, com as novas regras em vigor, as plataformas tentem explorar brechas para não pagar pelo conteúdo.

Apple é julgada por quebra de patente e pode ser proibida de vender iPhones

CAPA

Apple infringiu uma patente pertencente a Qualcomm, e por isso alguns modelos de iPhones poderão ter a venda bloqueada no país. >De acordo com uma decisão da corte dos Estados Unidos, a Apple infringiu uma patente pertencente a Qualcomm, e por isso alguns modelos de iPhones poderão ter a venda bloqueada no país.

A decisão foi tomada pela juíza Mary Joan Mc-Namara, responsável pelo julgamento de um dos dois casos que a Apple enfrenta na Comissão de Comércio Internacional (ITC) dos EUA. A recomendação da juíza é que alguns modelos do iPhone, que são fabricados na China, tenham a venda bloqueada no território nacional. Contudo, isso ainda não é uma decisão final, com tal recomendação estando sujeita à aprovação da ITC, que é quem decide o bloqueio ou não da importação de produtos. A decisão final é esperada para julho.

Esse foi um dos dois casos levados pela Qualcomm à ITC, que pede pelo bloqueio das importações de iPhone aos Estados Unidos como uma forma de conseguir uma vantagem nas negociações de valores de licenciamento com a companhia, que ela afirma estar devendo bilhões de dólares valores de royalties não pagos para a Qualcomm.

Intel infringiram duas patentes da Qualcomm, relacionadas à melhoria da velocidade e qualidade dos downloads e à economia de energia pelo componente. A ação pede pelo bloqueio das vendas do iPhone 7 e também do iPhone 7 Plus, mas ainda não está claro se a decisão concerne apenas esses modelos ou todos os posteriores que também utilizam chips da Intel. >No caso julgado pela juíza McNamara, foi re-

conhecido que os iPhones que utilizam chips de modem da Intel infringiram duas patentes da Qualcomm, relacionadas à melhoria da velocidade e qualidade dos downloads e à economia de energia pelo componente. A ação pede pelo bloqueio das vendas do iPhone 7 e também do iPhone 7 Plus, mas ainda não está claro se a decisão concerne apenas esses modelos ou todos os posteriores que também utilizam chips da Intel.

A Apple nega que tenha quebrado qualquer patente da Qualcomm, e acusa a empresa de tentar tirar do mercado a única competidora americana na área de chips de comunicação para dispositivos móveis, impedindo a evolução da tecnologia no país. Por isso, a Apple defende que, em ambos os casos, mesmo que os juízes considerem que houve **quebra de patentes**, não permitam o bloqueio das importações, tampouco a venda de iPhones no país.

Huawei - passem a assumir uma maior fatia do mercado. >Já a Qualcomm argumenta que, se ela não lutar para proteger suas patentes, o valor de suas descobertas será diminuído, o que dará espaço para que rivais - principalmente a Huawei - passem a assumir uma maior fatia do mercado.

Canaltech >Fonte: Canaltech

Trending no Canaltech:

Sistema de carregamento rápido da Xiaomi promete bateria completa em 17 minutosHuawei volta oficialmente ao Brasil com a linha P30Pôsteres revelam quem está morto ou vivo no começo de Vingadores: Ultimato

TJ-RS derruba blog que usava em seu nome marca registrada sem autorização

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Um site não pode usar na composição de seu nome palavra que designa marca registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**) ainda mais se critica, censura e deprecia a empresa, enfraquecendo-a e marginalizando-a frente ao público.

Com esse entendimento, a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por maioria, decidiu que o blog sociosgboex.blogspot.com.br deve retirar o "GBOEX" de sua identificação, sob pena de multa diária. Negou, entretanto, o pagamento de danos morais e materiais, como já havia entendido o juízo de primeiro grau.

"Realmente, a marca GBOEX é marca forte, peculiar e de renome, não se trata de marca simplesmente evocativa também chamada de marca sugestiva ou marca fraca, por isso, nesse cenário, não se justifica o réu sacrificar a marca da autora, que sequer registro detém da mesma, criticá-la e depreciá-la pelo só fato de que registrou em seu blog antes", registrou o acórdão.

Os ataques contra a imagem da empresa no blog não foram objeto da ação. O conteúdo dos textos e demais postagens, atentatórias, em tese, à imagem da empresa, estão sendo analisados em noutro processo.

O litígio

Titular da marca, o GBOEX, que identifica uma tradicional empresa de previdência complementar sediada em Porto Alegre, ajuizou ação ordinária contra o dono do blog, alegando que vem sendo alvo de condutas ilícitas e ofensivas. Disse que o uso indevido da marca confunde o público leitor, que não sabe distinguir entre um órgão difusor de informações oficiais da empresa de outro dedicado a criticá-la, sempre denegrindo sua imagem. Pediu a suspensão e a abstenção de uso do domínio do blog na internet e o pagamento de indenizações por danos morais e ma-

teriais.

Citado pela 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, o titular do blog afirmou que é sócio do GBOEX desde 1964, com condições de ser votado, mas foi formalmente declarado "inimigo capital da administração" da empresa em duas oportunidades.

Sustentou que o uso da marca para a identificação de seu blog não tem impedimento legal, não tem objetivo comercial e não é capaz de causar prejuízo para o seu caráter distintivo. Indicou decisões em demandas semelhantes em que foi indicada a possibilidade de uso da marca ou expressão, argumentando, ainda, que o conteúdo das mensagens não causa ofensa à honra da parte autora.

O juiz Juliano da Costa Stumpf julgou improcedente a ação ordinária, por entender que, no caso concreto, não ficou caracterizada a prática de ilícito cível. Ou seja, a seu ver, não houve "uso indevido" de domínio registrado por terceiro, já que a parte ré utilizou o seu próprio domínio, registrado na plataforma Blogspot.

"Assim, certo entender que não se está a tratar efetivamente do uso de um domínio que incorpora a marca GBOEX, mas sim de blog que tem a expressão no seu nome ou elemento de identificação, o que não se confunde tecnicamente com domínio", explicou na sentença.

Stumpf observou, por outro lado, que o registro de marca no **Inpi** não assegura, necessariamente, o direito ao domínio na internet. É que no Brasil vigora o princípio da primazia (first come, first served), segundo o qual o direito ao nome de domínio será conferido ao primeiro requerente que satisfizer, quando do pedido, as exigências para o registro. Assim, conforme o julgador, nem todo registro de nome de domínio composto por signo distintivo equivalente à

Continuação: TJ-RS derruba blog que usava em seu nome marca registrada sem autorização

marca comercial de outrem configura violação do direito de propriedade industrial. A exceção, segundo o REsp 1.466.212/SP, seria para aquele capaz de gerar perplexidade ou confusão nos consumidores, desvio de clientela, aproveitamento parasitário, diluição de marca ou que revele o intuito oportunista de pirataria de domínio.

"A denominação ou o nome do blog, assim, não permite concluir que o réu tinha a intenção de se passar pelo próprio GBOEX. O conteúdo crítico das postagens revela justamente o contrário e reforça a compreensão que se trata de meio de identificação para os interessados em seu conteúdo e não o uso indevido de domínio ou marca registrada em nome do autor", afirmou na sentença.

Apelação no TJ-RS

O relator do recurso de apelação na 6ª Câmara Cível, desembargador Luís Augusto Coelho Braga, se convenceu de que a questão foi solucionada de forma eficaz pelo juízo de primeiro grau, "sem merecer reparos". Afinal, segundo Braga, os autos não trazem provas de que o domínio sociosgboex.blogspot.com.br esteja causando desvio de clientela ou diluição da marca, indução dos consumidores em erro ou aproveitamento parasitário, de forma que inexistente violação à marca ou atos de concorrência desleal.

No entanto, a apelação acabou parcialmente provida porque prevaleceu o entendimento majoritário capitaneado pelo voto divergente do desembargador

Niwtton Carpes da Silva, que redigiu o acórdão. No efeito prático, Carpes decidiu que o réu deve se abster de usar o nome GBOEX no domínio de seu blog, pois essa marca pertence à parte autora e está devidamente registrada no **Inpi** desde julho de 1971.

"Se a utilização do mesmo nome registrado no **INPI** já é algo agressivo e ilegal, imagine-se a hipótese de um dos domínios se prestar à veiculação de propaganda e crítica sistemática e depreciativa a respeito do outro, justamente contra quem detém o registro e proteção marcária. É impensável", complementou no voto vencedor.

Para Carpes, a adoção do princípio first come, first served não é absoluta, exigindo ponderação e reflexão. "A orientação jurisprudencial do egrégio STJ defende a aplicação do alegado princípio, mas pondera com a relativização do mesmo em algumas hipóteses, que eu penso seja exatamente o caso telado, onde o réu usa o nome da autora no domínio de internet em seu blog e ainda a crítica, censura e a deprecia, obviamente que enfraquece, difama e marginaliza a marca protegida", ponderou.

para ler a sentença.

para ler o acórdão.

Processo 001/1.16.0090936-2

Jomar Martins é correspondente da revista Consultor Jurídico no Rio Grande do Sul.

Índice remissivo de assuntos

Arbitragem e Mediação
3

Direitos Autorais
4, 6

Patentes
8

Marco regulatório | INPI
9